

A Igreja Universal do Reino de Deus no discurso católico

Um episódio de polarização religiosa contemporânea no Brasil

Ms. João Marcos Leitão Santos

RESUMO:

Este trabalho discute a construção da identidade de sujeitos religiosos e o faz a partir da análise de um episódio específico de nossa sociologia religiosa. Só aparentemente, o fato datado de 1995 apresenta-se como distante. Entendemos que os parâmetros apresentados naquela circunstância são balizadores de todo um modelo de relações sócio-religiosas prevaletentes na sociedade brasileira contemporânea, em que a emergência dos novos atores religiosos denuncia um modelo social em crise. Para a fixação de tal identidade religiosa a articulação discursiva é empreendimento imprescindível. Para os fins desta investigação, servimo-nos como chave analítica dos aportes oferecidos pela Análise do Discurso.

ABSTRACT:

This work argues the construction of the identity of religious citizens and it makes it from the analysis of a specific episode of our religious sociology. Only apparently, the dated fact of 1995 is presented as distant. We understand that the parameters presented in that circumstance are makers of all a model of to prevail partner-religious relations in the Brazilian society contemporary, where the emergency of the new religious actors denounces a social model in crisis. For the setting of such religious identity the discursive joint is essential enterprise. For the ends of this inquiry, we serve ourselves as analytical key of you arrive in port them offered for the Analysis of the Discourse

INTRODUÇÃO

Pensar um fenômeno social¹ a partir da Análise de Discurso (AD) significa dizer que há mais em questão do que os problemas de aplicação de um conjunto de técnicas a uma certa massa de enunciados. Tanto é assim que as categorias mais centrais em AD, ao menos segundo vários dos seus estudiosos, trazem embutidas hipóteses que avançam sobre domínios mais tradicionalmente associados às ciências sociais.

Na realidade, o que ocorre é um transbordamento do sentido do conceito *discurso*, que passa a designar em AD, mais do que meramente o uso da palavra, visto como fenômeno individual – ou a apropriação e aplicação individual de um estoque coletivo de possibilidades que seria a língua, para pormos a questão em termos da oposição saussureana entre língua e fala. Assim, por exemplo, se a categoria Formação Discursiva (FD) por um lado, dá conta do conjunto de regramentos que governam as possibilidades de construção de seqüências discursivas para um conjunto de enunciadores inscritos, por outro lado, remete também a formas de existência social de caráter histórico-institucional - em nosso caso, a Igreja Católica. Os problemas teóricos da relação da AD com outros domínios das ciências humanas, bem como os problemas práticos colocados para o cientista social que experimenta a AD, estão ainda a provocar grandes discussões.

No corpo deste trabalho, em vários momentos, é possível vislumbrar questões que remeteriam a estes debates, mas na maioria dos casos, eles não serão enfrentados e aprofundados. Concentramos a atenção na dinâmica argumentativa, nos problemas de enunciação, e nas marcas textuais do *corpus* escolhido. Evidentemente, parte dessas diferenças, apesar da medida de cautela, se manteve e pode ser facilmente observada pelo leitor atento. Também é evidente, como já reconhecemos, que a decisão de não aprofundar certas questões não implica em que elas não estejam, de algum modo, presentes na análise.

Em 12 de outubro de 1995, o pastor da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Sérgio Von Helde, apresentando-se num programa de televisão, atingiu com o pé uma imagem de Nossa Senhora Aparecida. O

¹ Este trabalho foi objeto de discussão com os professores E. Teixeira Coelho Neto, Martúcia Valéria da Silva e Susan Lewis, a quem o autor se reconhece devedor

gesto foi acompanhado de falas incisivas, condenando o que ele denominou de idolatria dos católicos. Enquanto batia o pé na imagem, chamava-a de “boneco feio”, “coisa horrorosa” e outros depreciativos. O fato, exibido num horário e numa emissora, então de pouca audiência, foi exaustivamente explorado em toda a imprensa. As imagens foram reproduzidas diversas vezes em todas as redes nacionais de televisão, e rádios e jornais dedicaram tempo e espaços generosos na cobertura da ampla repercussão junto a diversos setores da sociedade brasileira, e particularmente junto à Igreja Católica (IC). Foi aberta uma grande polêmica, cujos palcos iam desde estas páginas de jornais ou os noticiários televisivos até o Congresso Nacional, passando pelos púlpitos das igrejas e pelas salas das universidades.

Vários católicos, membros ou não da hierarquia, pronunciaram-se condenando o ocorrido e a própria CNBB divulgou um comunicado com a sua posição oficial, lamentando o fato que considerou um desrespeito aos sentimentos religiosos católicos. De modo geral, a reação católica variou no tom, mais ou menos incisivo na réplica, e na forma, que foi desde missas e procissões de desagravo até a invasão de templos da IURD e agressão de seus fiéis. Com essas atitudes, a IC parece aceitar o embate colocado pela IURD, porém já num campo mais amplo: o do enfrentamento institucional, o da disputa acirrada pelos prosélitos passíveis de conquista. Desse modo é que a IC possibilita moldar-se, na fala da sua hierarquia, além do protesto pelo fato em destaque, uma determinada concepção acerca da IURD, do seu credo, dos seus seguidores e do seu método de evangelização.

A IURD, por seu turno, também comportou-se de modo ambíguo. Sua principal liderança, o Bispo Edir Macedo, apresentou um pedido formal de desculpas aos católicos, mas várias outras autoridades da Igreja manifestaram publicamente apoio e ratificação ao gesto do pastor von Helde.

Este é o quadro que emoldurará o estudo que desejamos fazer do discurso católico que, embora ensejado pela agressão à imagem de N. S^a. Aparecida, apresenta-se com pretensões maiores que as de um simples protesto.

Logo ficou claro que o discurso católico emergia num contexto em que outras seqüências discursivas (das quais o *corpus* pretende ser uma amostra) se impunham, questionando ou ratificando as posições católicas. As condições interdiscursivas do aparecimento das enunciações que analisaremos, bem como as condições gerais de formação do discurso católico são, por

consequente, o nosso primeiro ponto. Em seguida, trataremos da configuração textual das seqüências discursivas de referência, das formas escolhidas para a constituição dos enunciados. Isso vai possibilitar o estudo destas seqüências a partir dos requisitos da enunciação e da pertinência a uma estratégia discursiva. Por fim, ofereceremos algumas conclusões à apreciação crítica do leitor. Antes de tudo, porém, é preciso trazer algumas informações básicas sobre os documentos aos quais dedicamos nossa atenção.

A materialidade em análise: o *corpus* e as seqüências discursivas de referência.

De todo o material publicado em jornais a que tivemos acesso, selecionamos 32 peças que compõem o nosso *corpus*. A expectativa é de que, malgrado uma certa arbitrariedade na definição do universo do qual foi extraído o *corpus*, este venha a compor uma amostra o mais representativa possível de “formulações presentes em seqüências discursivas que se opõem, se respondem, se citam” (Burity, 1995:2). Foram selecionadas seqüências de enunciados católicos e não católicos (em muitos casos os enunciados aparecem fragmentados, no meio de reportagens e na forma de citação), tratando direta ou indiretamente dos acontecimentos de 12 de outubro. Pode-se visualizar melhor a composição do *corpus* através da tabela 1, abaixo:

<i>Abordagem do tema</i>	<i>Católicos</i>	<i>Não-católicos</i>	<i>Total</i>
Direta	10	9	19
Indireta	6	7	13

Tabela 1: Distribuição das peças do *corpus* segundo a relação com a agressão à imagem e a origem da seqüência discursiva. Total de peças do *corpus*: 32

Entretanto, a análise que engendramos incide diretamente sobre apenas duas seqüências discursivas, chamadas aqui de seqüências discursivas de referência (SDR)², e que merecem ser reproduzidas na íntegra. A primeira (SDR 1) é a já citada nota da CNBB, datada de 13 de outubro e que os jornais publicaram no dia 14. A segunda (SDR 2) é uma entrevista conce-

² Disponíveis no final deste trabalho.

dida por D. Aloisio Lorscheider à *Folha de São Paulo* no mesmo dia em que o pastor utilizou a imagem na tv: 12 de outubro, dia de Nossa Senhora Aparecida, feriado nacional.

Pode-se perceber que, para efeitos da classificação empregada na tabela 1, cada SDR pertence a um dos tipos de abordagem (direta ou indireta). Enquanto o comunicado da CNBB trata exatamente do gesto do pastor, a entrevista de D. Aloisio nem chega propriamente a mencioná-lo. Quanto à especificidade das condições materiais em que cada seqüência foi produzida, abordaremos o assunto mais à frente. Agora já podemos tratar de conhecer um pouco melhor o discurso católico, dentro do qual se inscrevem ambas as SDR.

O discurso católico – instituição e formação discursiva

O nosso modelo colonial de religião será o transplante do catolicismo português com seu caráter sentimentalista, ritualista e supersticioso que remove as barreiras entre o sagrado e o profano através da superposição das esferas. Este Catolicismo a princípio trouxe benefícios para o clero, particularmente econômicos, mas o principal foi o monopólio de religião estatal, implicando no domínio da educação. Todavia, a contra-face do benefício foi a perda de influência junto à população como um todo. O regalismo serviu “para manter com eficácia a política do Estado numa perspectiva leiga... anticlerical e racionalista”.³(Romano, 1979:83)

A Igreja Católica traz a marca da resistência às mudanças, mas o mundo secularizou-se. Em face deste mundo novo, a Igreja, por um lado saiu em defesa de sua cosmovisão, o que significava um regresso ao modelo de cristandade, e por outro tentou adaptar-se com um mínimo de concessões. Isto nos revela que “A ‘natureza do objeto dominante’ do episcopado brasileiro da Velha República é constituída por um universo mental formulado em outra época da história”.⁴

As Pastorais Conjuntas feitas publicar são fruto das reflexões do Episcopado Católico Brasileiro, e nos impõem questões sobre quais as razões que estão nas raízes da ação da hierarquia.

³ ROMANO, R. Brasil, Igreja Contra Estado. S. Paulo: Kairos, 1979:83

⁴ ARAÚJO, L. C. A Igreja no Brasil. S. Paulo: Paulinas, 1981:114.

A separação do Estado foi um triunfo para a afirmação do processo de romanização. “A reorganização da Igreja a partir do movimento dos ‘bispos reformadores’ foi tão fundamental que pouca coisa sobrou da antiga ascensão das mentalidades, as idéias e as tradições. Isto é, a estrutura foi reorganizada, mas o espírito antigo permaneceu”.⁵

Segundo a Carta Pastoral de 1900, nossa elite política rompeu com a Igreja pela laicização do Estado e pela liberdade de culto e essa ruptura representou, conseqüentemente, romper com Jesus Cristo, no dizer da Pastoral “Povo que rejeitou seu Deus...” (CP 1900). Fé, aqui, é entendida como presença sócio-política.

O governo imperial reconheceu a Religião como base do edifício político, mas a República não, apoiando-se em forças sociais com caráter distinto dos ideais religiosos, entre os quais positivistas e maçons.

Os encontros do episcopado tinham como finalidade repensar a inserção sócio-política da Igreja. Por isso mesmo, bases institucionais mais definidas se faziam necessárias e era nessas instituições que a hierarquia iria fundamentar sua ação sócio-política, significando “vinho novo em odres velhos”. São trinta e quatro documentos coletivos em trinta e três anos.

O movimento de romanização é o elemento propulsor dessas novas atitudes; à hierarquia se punha a questão da lealdade primeira a Roma ou ao Estado. Até 1930 se manterá rigorosa separação entre Igreja-Estado, este sob o domínio do pensamento liberal positivista.

Nos primeiros anos de experiência republicana a Igreja Católica se armou de um projeto ideológico - que a rigor seguirá ininterrupto até os dias de hoje -, cuja finalidade é trazer a sociedade brasileira de volta ao espírito cristão, o que somente se faria com a ajuda imprescindível do Estado. Este projeto será implementado a partir da década de vinte, com a crescente compreensão, por parte da Igreja, do papel que ela poderia desempenhar, no que diz respeito particularmente ao controle social, o que ganhava especial relevância com a eclosão de sublevações como Canudos, Contestado e mesmo o tenentismo.

Sempre houve representantes de uma determinada ordem social e política em disputa com a cosmovisão e o projeto político da Igreja Católica,

⁵ Id. p. 23

e eles sempre pretenderam controlar as idéias e interesses efetivados no quadro da ordem vigente, em relação aos quais a Igreja reage uma vez que sua posição foi de assegurar o seu lugar no âmbito da sociedade, lugar que ela entendia ser seu e não o lugar que lhe era oferecido pelo Estado.

A Igreja lida com duas concepções eclesiológicas: Cristandade e Sociedade Perfeita, medieval e tridentina respectivamente. A visão tridentina corresponde cronologicamente à época do descobrimento de Brasil, porém reminiscências medievais marcaram profundamente a vivência religiosa da sociedade brasileira, uma Igreja longe da Sé romana e junto do Estado. Ocorre então uma volta à proximidade da Sé romana, que por sua vez se caracterizava pela marca tridentina vigente, que tinha na sociedade (imperfeita) a antítese da sociedade perfeita, a Igreja. Nos anos 20 a idéia tridentina passa a substituir a medieval.

Na concepção de cristandade, a Igreja não apresenta uma identidade própria, percebendo-se como sociedade global, com ela identificada.

O período republicano é para a Igreja um período de auto-afirmação social, de legitimidade social mais próxima do ideário de uma Sociedade Perfeita.

Segundo Bruneau (1974), a premissa fundamental da Cristandade é a integração da Igreja com o Estado, cuja implicação é de uma religião oficial, para que os interesses sejam únicos. Como consequência, impõe maior perda da identidade eclesial.

A oficialidade da religião católica como religião do Estado é o objetivo do Episcopado, pois aquele, inspirado em princípios liberais, oferece a liberdade de culto, decretada em 1890, que a Igreja entende como benefício de uma minoria imperceptível, e que roubou sua preeminência no Brasil, bem como seus privilégios. Isso não significou senão seu rebaixamento da categoria de Religião de Estado. A Pastoral de 1900 afirma o povo católico como maioria (onze milhões e quinhentos mil católicos), porém, desrespeitada por uma minoria (quinhentos mil não-católicos): "... nossos próprios adversários, obra de quinhentos mil apenas, pensam livremente sobre religião ou pertencem a comunhões religiosas dissidentes... Assim desapossada do trono de honra que há três séculos ocupava para ser posta na mesma esteira de qualquer seita adventícia". (CP, 1900).

A questão fundamental é: continuará cristã a sociedade nascida sob o Evangelho? A restauração religiosa devia ser buscada. A visão da religião institucional implicava que a ausência da Igreja era ausência de Deus. Não havia ecletismo possível. Desprezar a religião num ponto era desprezá-la totalmente. Como o fim ao qual a Igreja tende é “o mais nobre de todos”, assim também seu poder prevalece sobre todos os outros poderes e interesses. Nesta perspectiva a mentalidade tridentina condiciona a missão da Igreja na linha da salvação eterna. Ela se preocupa com as almas.

A oficialidade da Igreja diante do Estado não é mais reclamada, devendo haver uma colaboração entre os dois poderes. A Igreja lutará pela defesa dos seus direitos como poder espiritual, característica apologética quanto a outras religiões e em relação a certas ideologias. Sua função não é questionar o sistema, mas indicar os abusos. A relação entre os dois poderes é vista como fundamental, e respeitosa dos direitos.

A identidade Igreja-Estado está em que ambos têm os mesmos indivíduos como cidadãos e fiéis. O descompasso das leis da Igreja e do Estado tem como resultado a desordem, a harmonia decorre da aproximação dos interesses. Este é o *ideal do episcopado*, mas a situação não lhe é “risonha”.

As duas eclesiologias deixaram e fizeram veicular valores, crenças, idéias e aspirações no meio da cultura, no sentido da manutenção da ordem. O desenvolvimento do espírito cristão é visto como perigo para a república. E o argumento do episcopado é que a base de qualquer movimento político está na religião. Concluindo, as duas eclesiologias servem para a manutenção da ordem e legitimam-na através de estratégias diferentes.

A Igreja Católica assume que a Instituição é sinônima ao catolicismo, donde decorre que ela é o interlocutor para o discurso da IURD. Este discurso constitui-se, no caso em estudo, da agressão contra a imagem de N. S^a. Aparecida, símbolo que, no referente católico, tem um lugar privilegiado, razão pela qual o discurso católico vai assumir muitas vezes como sinônimas as agressões à imagem e à religião católica.

A linha diretiva da resposta que constitui a reação da Igreja à agressão está na nota oficial, publicada após o evento. A nota faz derivar do episódio da agressão em si para uma apreciação das relações religiosas no Brasil, com isso demonstrando que a IURD se referencia fora do espaço “permitido” às práticas religiosas.

A igreja reage, e o que pretende é corrigir um perfil religioso e inter-religioso que se estabelece, uma vez que ela o faz a partir das credenciais que possui, e que lista na nota.

A igreja detém a precedência histórica que traz consigo “desde o início do cristianismo”, à qual naturalmente está ligada e da qual é herdeira. Não representa nenhuma dessas inovações que “enganam o povo” e desta tradição resulta que os seus reclamos são pela preservação dos valores que foram sedimentados ao longo dos séculos na civilização e que se encontram sob a ameaça dos inimigos (a IURD), que ela vai caracterizar num momento subsequente. Portanto, a Igreja não precisa se apresentar; suas credenciais são “naturais” e reconhecidas. São inquestionáveis.

O segundo pilar que fundamenta a reação católica é a sua representatividade. Primeiro, histórico-cultural, ligada à formação do país e à construção da nacionalidade, o que faz com que as agressões sejam contra “os sentimentos religiosos do povo católico”. Aqui há a suposição de que o povo é católico, porque a padroeira é “do Brasil” e não apenas daqueles que lhe são devotos. Este povo católico é “o povo de Deus” de caráter excludente e de identidade indiscutível. A representatividade é também traduzida quantitativamente, pois são cem milhões de católicos no país, cifra atribuída somente aos que, naquele momento, “louvavam a Mãe de Jesus”.

Este é o catolicismo dos que estão “reunidos” e quer fazer crer a universalidade da representação dos que subscrevem à nota, e afirma a pretensa unidade em torno da qual mover-se-ia a própria Igreja Católica no Brasil.

A dogmática ou a teologia vai aqui atribuir o terceiro caráter legítimante à Igreja Católica, que está ligada à ortodoxia. A Igreja deve ser reconhecida porque ela consegue atribuir à Mãe de Deus o lugar que lhe é devido, contra a ignorância dos que não sabem interpretar a Bíblia, embora a manipulem (no sentido de uso, não de deturpação). Essa é a ortodoxia dos que adoram somente a Deus, e que reconhecem em Jesus Cristo o único Salvador, dois dos princípios fundamentais de tensão entre católicos e protestantes, aqueles acusados por estes de fazerem exatamente o contrário. Deste modo, esta afirmação demole focos de resistência e neutraliza os flancos dos ataques dos não católicos; o que faz produzir o efeito decorrente imediato da Igreja Católica como vítima da “mentira” que lhe imputam, ou na melhor das hipóteses, da ignorância/desinformação dos

adversários. Este monopólio da verdade implica num modelo de monolitismo religioso, onde a tolerância se impõe apenas no reconhecimento do outro como o mais fraco, que na sua debilidade merece misericórdia para com o seu erro.

No outro fundamento de sua legitimidade, a ética, a Igreja vai apresentar a desqualificação do seu adversário, religiosa, social e eticamente. A Igreja percebe a IURD como seu antagonista, não no sentido estrito de outro modelo religioso, isto é, não quer construir o seu discurso reagente como quem se reporta apenas a um outro, mas a um outro diferente (*allos/heteros*), aqueles que estão desprovidos dos conteúdos que justifiquem a sua presença entre os atores “lúcidos” da cena religiosa. A IURD não se desqualifica apenas pela iniciativa que deu razão ao pronunciamento, mas também por “outras atitudes” cujo efeito é colocar-se como obstáculo a uma trajetória desejável/inevitável de qualidade crescente “entre os povos”. O modelo de ação que caracteriza a IURD e que se consubstanciou no gesto de desrespeito é eticamente reprovável, por constituir-se em desrespeito aos sentimentos religiosos, o que revela os limites sociais da proposta religiosa da IURD. Igualmente é um obstáculo ao progresso religioso ou à implementação dos valores religiosos universais de paz, bem, concórdia e entendimento, uma vez que se coloca como obstáculo a ecumenicidade das relações entre os cristãos, notadamente no Brasil. Por fim, a conduta da IURD se constitui numa negação imperdoável ao princípio supremo de qualquer religião, que é se colocar em oposição ao seu próprio Deus, o que a IURD faz, quando obstacula “o desejo de Jesus de que haja um só rebanho e um só Pastor”.

O primeiro efeito decorrente desta construção discursiva é o enfraquecimento da autoridade do discurso da IURD, que se baseia na ignorância, na mentira, na disparidade com o cristianismo primitivo, com os princípios de brasilidade; provocando obstáculos à vida pacífica da sociedade, ao bem estar dos cristãos e a vontade soberana de Jesus. A IURD é o inimigo do Brasil, da paz, de Jesus, demonstrado através do “fato ocorrido e outras atitudes”.

A explicação do lugar da(s) imagem(s) dentro da religiosidade católica é apresentada como um valor positivo e contra este a IURD se coloca também. As imagens - não só a de Aparecida - são para a experiência cristã

de valor inestimável porque se prestam a robustecer a memória, a oferecer desafios ao desenvolvimento da fé e da piedade, como convite à firmeza de compromisso para com o mundo e como gerador/perpetuador de esperança. Estas qualificações da “veneração” das imagens se faz no rastro da declaração de que a experiência católica se remonta ao “início do cristianismo”, o que aponta para sua validação e para o caráter inovador/extemporâneo da IURD.

A problemática que situa em pólos opostos a IURD e os católicos no Brasil, passa pelas modificações sociais e políticas brasileiras que alteraram o perfil psicossocial das pessoas. O crescimento de seitas neo-pentecostais reflete o re-ordenamento de sociedades urbanas marginalizadas, em sua maioria egressas de áreas rurais e das periferias urbanas cujos referencias existenciais flutuam atomizados em maior ou menor grau em função do processo de espoliação econômico e social, que reflete inevitavelmente na reconstrução dos imaginários (religiosos) pela via do entorpecimento emocional e do escapismo histórico-concreto.

Nesse referencial de esgotamento econômico e existencial, a propositura católica revela um certo cansaço e inadequação às situações do cotidiano dessas massas populares, que têm na pregação da IURD proposta antagonônica, implicando numa sacralização do cotidiano e na oferta do poder de manipulação desse espaço, com a vitória sobre o “demônio”, origem e expressão do caos.

O real efeito desse processo é que o antagonismo de cosmovisões provoca um êxodo e um conseqüente esvaziamento do catolicismo na direção dessas seitas. Os dados chegam a indicar que 67% dos fiéis da IURD é composta de “infieis” - no dizer de D. A Lorcheider -, ou seja, são de origem católica.

A disputa pelo mercado religioso contrapõe então estes atores, mas não permite que se abra um confronto aberto entre ambos, sem que isso signifique uma violação das regras do jogo. Isto se estabelece desta forma porque se supõe e se assume um caráter pluralista como demarcador desta sociedade igualmente pluralista, onde as escolhas devem ser respeitadas, como valor democrático e de civilidade, além do respaldo na ordem jurídica constitucional.

Esta posição será prevalecte nos espaços intelectuais e na imprensa que, sem a confessionalidade por algum credo religioso, se apóia em valores de democracia e liberdade par ler a atuação e o proselitismo da IURD, indicando que se restabeleçam, como limites para a prática religiosa, os elementos que se coadunem com os valores que norteiam o nosso ordenamento social e político, ou sejam, as regras da liberdade contida na democracia liberal.

A ação de von Helde não representou nada na disputa do mercado religioso por várias razões. Primeiro, o espaço de penetração da IURD se situa em ambientes periféricos com incursões acidentais em outras camadas da sociedade, o que produz um certo estigma de “coisa de gente pobre e ignorante” e, conseqüentemente, abre espaço para uma margem ampla de rejeição junto a sociedade.

Outro fator que produz o mesmo efeito é a associação da IURD com a exploração financeira destas populações por meios ilícitos, resultado de uma conduta aética que compromete gravemente sua imagem junto àqueles mesmos setores majoritários da população.

Em terceiro lugar, a IURD sofre restrições do universo evangélico brasileiro, porque subtrai fiéis também do protestantismo que censura sua heterodoxia doutrinária e litúrgica. Isto tem uma implicação que aumenta a reação protestante, que está ligada à associação da IURD como “evangélica”, o que atrai sobre os protestantes muitas das reprovações sociais à IURD. Isto tudo significa dizer que a IURD é uma “inconveniência” que, não podendo ser “eliminada”, vive numa certa marginalidade social, que inclusive reforça seus mecanismos de auto-defesa.

É possível identificar a peculiaridade da posição da comunidade evangélica, que tendo sido vítima da intolerância, ainda vê na polarização um risco para a convivência positiva que se estabeleceu, na segunda metade deste século. Ao mesmo tempo ela reconhece como “seus” os conteúdos do discurso da IURD, no que diz respeito às práticas católicas, sobretudo, o uso de imagens nos templos, celebrações e devoções particulares; o que baliza o discurso evangélico entre recusar e apoiar práticas de um mesmo agente, sem explicar a possibilidade desta dualidade de posição.

Mas se por um lado, “religiosamente”, a IURD não fez um escarcéu, ela violou as regras do jogo. É o princípio de tolerância que ela violou, que garante a sua própria sobrevivência, e a quebra deste implicou na reação intolerante (ou justa?) contra ela. Esta quebra de regras permitiu que aqueles que de qualquer forma tinham interesses contrariados pela IURD, construíssem um espectro negativo dela, atraindo contra ela a repulsa coletiva, permitindo que as imputações que lhes fossem feitas pudessem ser aceitas a partir de *a priori*s de rejeição. Ou seja, quem não se opunha a IURD por um princípio de tolerância (ou outro) reprovou seu gesto, e uma vez que o gesto foi identificado com a própria Igreja Universal, a reação ao gesto fez-se reação à IURD.

É neste conjunto, portanto, que se situam as condições de enunciação para os discursos reativos - notadamente o católico.

Duas enunciações táticas

A consideração da enunciação - geratriz das seqüências discursivas de referência que analisaremos - leva em conta o que deu origem à polêmica na qual se inscrevem a nota da CNBB e a entrevista de D. Aloísio Lorscheider: os gestos do Pastor Von Helde. Mais do que o ato em si mesmo, com seu gestual expressivo e as falas também significativas que o acompanharam, é importante salientar que aquele foi o momento em que se abriu um grande debate. Em outras palavras, o que o pastor da IURD falou e fez diante das câmaras de TV tem, para nós, o sentido de uma provocação, que suscita reações de vários setores da sociedade no que pode, sem exagero, ser considerada uma grande polêmica a propósito de um certo conjunto de temas.

Como veremos, cada uma das posições envolvidas nesta polêmica tenta controlar a circulação do sentido dos temas em questão a partir de expedientes discursivos próprios, que ora apontam para táticas de articulação e aliança, buscando a adesão de outros setores contra um mesmo antagonista, ora trabalham para demarcar o espaço de diferenciação em que se situa a sua própria posição. Talvez seja possível perceber ambos os movimentos táticos no discurso católico, a partir da consideração das duas situações de enunciação que selecionamos e da observação das suas “marcas textuais” constitutivas.

Maingueneau (1993), destaca que os aspectos a serem investigados na análise da enunciação podem ser observados basicamente através da heterogeneidade mostrada⁶. Apoiando-nos na conceituação desenvolvida pela referida autora é que procederemos à análise das duas SDRs apontadas, com vistas à identificação das possíveis marcas textuais aí presentes, bem como do sentido que elas buscam produzir no interior do discurso. É imprescindível ter em conta, no entanto, que estamos tratando de enunciados que intervêm diferenciadamente no debate, inscritos a partir de posições materiais de enunciação distintas, elegendo diferentes referenciais e articulando diferentes posições de sujeito.

A SDR 1 – Nota da CNBB

É um comunicado da CNBB “com adesão dos Organismos do Povo de Deus”, a propósito dos gestos do Pastor Von Helde veiculados pela TV. Logo, é um documento que foi elaborado na forma escrita, e supõe o esforço diligente de redigi-lo. O objetivo perseguido pelos redatores é o de fazer aparecer um enunciado identificável como pronunciamento oficial da hierarquia católica, no qual essa coletividade se reconheça a despeito de toda a sua heterogeneidade. A investigação dos regramentos que governam a escolha do que pode ou não ser escrito dentro destas circunstâncias conduz ao estudo das condições de produção da nota e, analogamente, da formação discursiva de que faz parte. Do ponto de vista da materialidade da enunciação, o que se pode estabelecer como mais relevante é, como dissemos acima, 1) a forma escrita da sua composição; 2) o seu caráter de comunicado oficial de uma instituição heterogênea; 3) o seu aparecimento em 13 de outubro como reação a um fato criado por um agente não-católico no dia anterior.

O texto do comunicado apresenta, logo no primeiro período, a forma do que consideraremos como o seu referencial: “O gesto de desrespeito

⁶ Para Maingueneau a heterogeneidade mostrada, compreende “... manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação...”. Conforme já anuncia o próprio conceito, trata-se de recolher e pesquisar as marcas produzidas pelo discurso na superfície da enunciação. A heterogeneidade constitutiva, ao contrário, não expõe as marcas em superfície, mas “... a AD pode definir [essas marcas] formulando hipóteses, através do discurso da constituição de uma formação discursiva”. MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 2a. ed. Campinas: UNICAMP/Pontes, 1993:75.

aos sentimentos religiosos do povo católico...” é a abertura da nota e a sinalização do campo em que vão emergir os objetos e relações de que o discurso lançará mão. Ainda que o gesto do pastor tenha sido praticado “contra a imagem de Nossa senhora Aparecida, Padroeira do Brasil”, a enunciação da CNBB determina a emergência do tema sob a dominância do “desrespeito aos sentimentos religiosos”, que é o que rege, no interior do enunciado, a apresentação daquilo a que ele se refere. A reação católica, que explica o aparecimento da nota, é configurada em termos de reação contra o desrespeito cometido, e é neste domínio que o discurso porá em jogo seus elementos e as relações entre eles.

De vez que há o estabelecimento do domínio de um referencial, este vai atuar de modo a controlar as possibilidades de emergência dos signos que, afinal, dirão algo acerca do ocorrido. É assim que se cria, no final do comunicado, um efeito particular de sentido quando o texto se põe a lamentar o fato “e outras atitudes que se colocam como obstáculo à convivência *respeitosa* entre os povos e à vivência ecumênica entre os cristãos...” (grifo nosso).

Neste ponto, o documento explora as conseqüências do ato de Von Helde (e de outros atos e agentes não nomeados) que aparecem sempre sob a chave do “desrespeito”. A menção de tais conseqüências faz vir à luz a qualificação mais completa do ato do pastor e das “outras atitudes”: eles são um obstáculo ao cumprimento do desejo de Jesus de “que haja um só rebanho e um só pastor”. A IC recorre, neste último caso, ao *discurso relatado*, isto é, remete-se à voz da autoridade religiosa cristã, comum e igualmente respeitada por católicos e evangélicos, colocando-a enquanto enunciativa de algo que o próprio enunciador de origem -a IC- deseja anunciar. Por este estratagema, permite-se a IC revestir de singular importância e inquestionabilidade o enunciado, pois o desejo torna-se do próprio Jesus, e é contra ele o desrespeito praticado.

É necessário, por outro lado, abrir uma outra linha de questionamentos sobre a SDR, de modo a tentar identificar o lugar que o enunciador atribui a si no seu enunciado. Importa menos, a esse respeito, a identificação dos ocupantes do cargo da presidência ou dos Organismos do Povo de Deus, ou mesmo a identidade dos “verdadeiros” redatores, considerando a hipótese bastante provável de que o documento tenha sido escrito por *ghost-writers*. Ao invés disso, o decisivo é descobrir em que posição os responsáveis públicos pela nota e os praticantes do “desrespeito” são instalados pelo discurso.

As circunstâncias materiais em que a nota foi produzida favorecem a que o lugar procurado seja o de agredido, o de vítima do desrespeito. Mas se o discurso católico acolhe de bom grado o posto de vítima que lhe é oferecido, não o faz sem algumas sutilezas. Basicamente, o esforço será o de construir, no interior do discurso e por intermédio da *polifonia*, uma posição de sujeito mais ampla que a dos signatários, de modo a tentar incluir outros segmentos da sociedade que intervêm na polêmica em pelo menos dois dos movimentos do texto: a constatação de que foi praticado um desrespeito e a deploração deste como um fato lamentável.

A primeira investida nesta direção é a lembrança de que o desrespeito foi praticado contra a imagem da Padroeira do Brasil, uma referência explícita a um universo que, evidentemente, extrapola o dos signatários em várias dezenas de milhões de pessoas, no mínimo. Mas o apelo busca nutrir-se da legitimidade que possa ter um ícone da “brasilidade”, algo que se assemelhe a um símbolo nacional, agredido diante das câmeras. Há um considerável reforço a esta tentativa com a menção dos “mais de 100 milhões de brasileiros” que louvavam a Mãe de Jesus no mesmo dia do desrespeito. Trata-se de uma coletividade imensa, que chega quase a confundir-se com a própria população do Brasil, e que é convidada a colocar-se também no lugar de sujeito-vítima que o enunciador constrói para si. Vê-se, então, que a *polifonia* adotada no discurso católico serve tanto à busca de identificação com a sua causa junto aos brasileiros e religiosos em geral, quanto à intenção de caracterizar a atitude de agressão como grave e inaceitável.

Uma segunda investida detectável é a de suscitar a solidariedade de todos os que reconhecem a necessidade da “convivência respeitosa entre os povos” e da “vivência ecumênica entre os cristãos”, e que, por conseguinte, deverão compartilhar da denúncia e da condenação do gesto do pastor. Curiosamente, o texto indica que o objeto do desrespeito são os “sentimentos religiosos do povo católico”. Ora, a fórmula “sentimentos religiosos do povo” é de corte claramente ecumênico, evitando a singularização da condição de vítima que forçosamente ocorreria se o objeto fosse algo como “a igreja verdadeira” ou “a única igreja fundada pelo próprio Cristo”, por exemplo. O expediente escolhido leva, no máximo, a uma particularização (contra o “povo católico”) de um desrespeito que é geral (contra os sentimentos religiosos), e soma-se ao esforço de alargar as posições do sujeito que sofre a ação danosa de outro e que reage com a denúncia e a lamentação.

Já a posição do agressor, vista através da enunciação católica nesta SDR, é configurada pelo discurso sem nenhum modo de identificação por nomeação, uma vez que, como ficou evidente, o texto não identifica diretamente o sujeito praticante do desrespeito e das “outras atitudes”. A rigor, não se pode depreender do texto nem mesmo se estes dois conjuntos de atos foram obra do mesmo agente ou de vários outros. O que pretendemos aqui é destacar que através desta ambigüidade o lugar reservado ao sujeito da agressão não é saturado por alguém ou algum grupo determinado. Como será ele ocupado então?

De um lado, a maioria dos leitores da nota sabe, sem que o texto precise informá-la, do ocorrido com a imagem de Nossa Senhora de Aparecida no programa televisivo. A imprensa empregou generosas porções de tempo e espaço na reprodução das imagens e divulgação das notícias referentes ao episódio, de modo que era um fato de domínio público que o pastor Von Helde utilizara a imagem em seu programa. A omissão do seu nome no texto da CNBB não resulta em nenhuma sombra de dúvida quanto à identidade do agente, mas serve a um outro propósito que é o de abrir espaços para a ampliação das possibilidades de que outros sujeitos sejam associados àquela posição. Esta tese pode ser reforçada com a constatação de que, quanto à autoria das “outras atitudes”, o texto é deliberadamente ambíguo, como vimos. Diversos sujeitos podem ser situados na posição reservada para o agressor, o que estende o alcance da denúncia e da deploração para além do referido pastor atingindo, eventualmente, a IURD como um todo ou até mesmo outras denominações evangélicas.

Se observarmos agora como o discurso trata as conseqüências do desrespeito, veremos de que modo é possível, no discurso católico, antecipar as características definidoras do perfil de um sujeito que esse mesmo discurso se omite de identificar. Pode-se visualizar melhor esta caracterização se imaginarmos uma pergunta assim: quem é esse que comete tal desrespeito, obstaculiza a convivência respeitosa entre os povos e a vivência ecumênica cristã e opõe-se ao desejo do próprio Jesus? De modo oblíquo, o comunicado da CNBB traça o perfil do seu antagonista sem chegar a dizer-lhe o nome.

Uma vez que a enunciação evita a confrontação direta com o sujeito-agente, o uso exaustivo da *pressuposição* é o dispositivo textual que torna operantes os efeitos de sentido mobilizados pelo enunciador para a caracte-

rização do agressor. Isso pode ficar ainda mais evidente com a observação da restrição implícita na sudação final: “A todos os irmãos da mesma fé em Jesus Cristo e às pessoas de boa vontade...”, mais do que uma fórmula de praxe é uma alusão implícita aos que, não podendo ser classificados entre os “de boa vontade”, estão excluídos da saudação. Aliás, esta é feita através do *discurso relatado* de uma outra autoridade inquestionável, o apóstolo Paulo, e consiste justamente na exortação à unidade de sentimentos e à paz. É mediante a *pressuposição* que a nota pratica a interdição do agressor da paz e dos sentimentos religiosos à comunhão daqueles com quem “O Deus do amor e da paz” está.

Se a instituição das posições de sujeito no interior da enunciação se dá de forma oblíqua, como vimos, o tema da idolatria é atacado em ângulo fechado, sem proporcionar grande raio de ação para ambigüidades. A IC recorre à *negação descritiva* quando diz: “...nós católicos adoramos somente a Deus e ao único Salvador Jesus Cristo...”. Este recurso revela o reconhecimento pela IC da existência de um outro enunciador que afirma o contrário sobre ela, evidenciando, ao mesmo tempo, a desautorização / negação desse enunciado pré-existente. Aqui é notada a convocatória ao discurso da IURD e dos demais evangélicos que imputam à IC a prática de idolatria. Ao mesmo tempo, a fala empostar -se como defesa veemente às acusações recebidas.

No mesmo parágrafo encontramos o uso da *parafrasagem* quando assim o texto se manifesta: “... guardamos as imagens nas igrejas como representação de pessoas queridas, os nossos santos, testemunhos de vida e modelos de fé”. Nesse momento delinea-se a preocupação explícita em construir uma interpretação definidora do termo *pessoas queridas*, apresentando-as enquanto “os nossos santos”, os quais, por sua vez, são definidos enquanto “testemunhos de vida e modelos de fé”. Recorre-se a *parafrasagem* ao construir-se, no caso a partir do próprio enunciador, uma vinculação entre pessoas queridas / santos e entre santos / testemunhos de vida e modelos de fé; constringendo a emergência de qualquer outro investimento semântico para os termos. As referidas definições, além de explicar categoricamente os termos, opõem-se às impressões expostas por von Helde sobre Nossa Senhora Aparecida e àqueles que têm os santos enquanto objeto de idolatria pela IC.

A SDR 2 – Entrevista de D. Aloísio Lorscheider

Trata-se de uma entrevista concedida pelo Bispo de Aparecida à *Folha de São Paulo* no dia 13 de outubro. As circunstâncias materiais da enunciação são bastante peculiares, e merecem ser observadas uma a uma. Em primeiro lugar, por ser uma entrevista, as opções de direcionamento temático por parte do enunciador são constrangidas ou, no mínimo, limitadas pela atuação provocativa do repórter. Este último não é um interlocutor comum - qualquer interlocutor modula a enunciação do locutor -, mas um funcionário da *Folha*, com o objetivo de produzir notícia e agindo em conformidade com as práticas de procedimento da sua redação. A importância da sua interferência pode ser estimada considerando-se, por exemplo, que foram publicadas quatro perguntas e respostas, três das quais recaindo sobre problemas da relação da Igreja Católica com a IURD.

Em segundo lugar, a autoridade entrevistada é um hierarca católico e, mais importante, bispo de Aparecida do Norte, Diocese cuja basílica guarda a imagem original da Senhora de Aparecida e que recebe romeiros e fiéis para a sua devoção.

Por último, o momento da realização da entrevista é não somente o mesmo dia em que o pastor Von Helde utilizou a imagem na TV, mas também instantes após um ato de protesto de evangélicos ao lado da basílica⁷. É bastante provável que estas circunstâncias ajudem a explicar o tom de animosidade, patente nas falas de D. Aloísio.

Fica logo evidente que a tática discursiva desta segunda SDR difere da primeira. A enunciação de D. Aloísio demarca explicitamente as fronteiras que a separam do seu antagonista, e explora esta diferenciação de modo direto, atribuindo lugares determinados a sujeitos determinados. De modo geral, quando D. Aloísio não emprega o “eu” para emitir seus juízos, o enunciador é restrito a uma primeira pessoa do plural que significa apenas “nós, os católicos”. A cada momento da entrevista, esta pessoa assume características novas, que recobrem o sentido do que é ser católico. Simultaneamente, essas características demarcam a oposição entre a posição de sujeito ocupada pelo enunciador e a por ele atribuída ao antagonista.

⁷ Na mesma página em que publica a entrevista com D. Aloísio, a *Folha de S. Paulo* traz uma pequena notícia sobre a manifestação dos evangélicos que, segundo o jornal, foi dispersada sem conflitos pelos próprios católicos sem ajuda da Polícia.

Esse “nós” empregado pelo entrevistando será, sucessivamente: aquela igreja que perde os infiéis, que se preocupa com a dignidade humana, que adora Maria, que é acusada de idolatria. O antagonista é definido, como dissemos, por oposição: os infiéis que abandonam a Igreja, os exploradores da fé dos menos esclarecidos, que não se preocupam com a dignidade da pessoa humana, os que tratam Maria como uma prostituta, os que acusam os católicos de idolatria sendo, eles próprios, adoradores da Bíblia que não sabem interpretar. Entre estes dois conjuntos de posições de sujeito, ou melhor, entre posições de sujeito definidas por este conjunto de características contrapostas não pode haver outra relação que não a de antagonismo.

Em função do próprio formato de uma entrevista, o referencial flutua, deslocando o fulcro da enunciação para pontos diferentes a partir das situações provocadas pelo interlocutor. Assim, na primeira pergunta, a questão proposta é a da perda de fiéis. A enunciação recusa os termos da pergunta (*negação polêmica e retificação*) e apresenta a tese da perda de infiéis. O fato conhecido e citado recorrentemente antes e durante a polêmica, de que muitos dos fiéis da IURD são ex-católicos, que é aquilo que a interpelação do jornalista deixa vislumbrar, este fato passa a ser concebido, no discurso de D. Aloísio, sob este efeito geral de sentido dominado pelo adjetivo “infiéis”.

A segunda pergunta solicita um julgamento de valor, e o entrevistando emite um. O avanço da IURD, que é o tema proposto, é visto com *preocupação*, e são apresentadas as razões pela quais é preocupante tal crescimento: a exploração da fé e a indiferença com a dignidade humana. Este é um dos trechos em que a enunciação trabalha para demarcar as fronteiras com o antagonista, através da *polifonia* e da *pressuposição*: “...eles exploram a fé de pessoas menos esclarecidas...”. Vemos outro enunciador entrar em cena para revelar dois pressupostos: 1) existem outros que não exploram a fé - e o enunciador de origem fala a partir desse lugar; 2) pessoas esclarecidas não têm a sua fé explorada. Nesse ponto do texto o discurso católico vincula o fenômeno de exploração da fé à carência de esclarecimento dos explorados. O texto segue utilizando-se da *negação polêmica* quando D. Aluísio, referindo-se aos líderes da IURD, diz: “...[Eles] não se preocupam com a dignidade humana.”. O enunciado já existente afirmando que outros se preocupam com a dignidade humana é resgatado a partir da *negação* proferida. Por todo esse trajeto podemos perceber que D. Aluísio, além de caracterizar a adesão de fiéis à IURD como algo realizado sem a devida clareza, configura a

prática de líderes da IURD enquanto de exploração dos adeptos e de desrespeito à dignidade humana. Portanto, se há crescimento de uma seita com estas características, tudo o que se pode dizer dele, qualquer juízo ou relação entre elementos que se estabeleçam a seu respeito, já implica, de antemão, merecer preocupação.

A *Folha*, na terceira provocação, associa a exploração da fé com a venda de imagens empregando a voz passiva e, assim, omitindo-se de identificar o discurso que sustenta originalmente tal associação. Evidentemente, a IURD está entre os virtuais enunciadores de um tal discurso, mas não apenas ela. Isso abre o espaço que D. Aloísio aproveitará para ampliar o leque de antagonistas, como se vê na inclusão dos “evangélicos” na sua resposta. Quanto à exploração, o entrevistando limita-se a uma informação direta: declara-se contrário à venda de imagens no interior da Basílica. Mas sua atenção, nesta resposta, procurará centrar-se sobre o que há de mais polêmico, do ponto de vista da disputa teológica de vários séculos com o discurso protestante, aguçada no *affair* do uso da imagem por Von Helde na TV: as questões do culto mariano, e de imagens.

Note-se, inicialmente, o recurso à *negação polêmica* no trecho: “Eles não aceitam a virgindade de Maria, nem a sua concepção imaculada, sem pecado”. Imediatamente D. Aluísio refuta essa proposição, atribuída aos evangélicos, através de uma nova negação polêmica, dizendo: “Nossa Senhora não é uma prostituta como eles querem relacionar.” Percebemos que a negação é tão veemente que já traz à baila o enunciador até então implícito no texto, o qual afirmava o pressuposto “Nossa Senhora é prostituta”: “como eles querem relacionar.” É o desvelamento / identificação do outro - os evangélicos - de quem o referido bispo passara a falar. A abordagem de todos os evangélicos - e não apenas da IURD - rompe, por um momento, a tática por demais utilizada da união de todos os credos contra a IURD e assume o conflito sem articular nenhum campo de alianças fora do catolicismo. Aflora a luta em torno de pontos da cisão entre católicos e evangélicos, que são o significado de Maria e a questão da idolatria. O discurso católico vale-se do momento notadamente favorável a Nossa Senhora e faz chegar aos espectadores a afirmação dos seus dogmas e a defesa de sua postura diante da santa.

Por outro lado, pesa sobre a Igreja Católica a acusação de idolatrar imagens e, com isso, contrariar o preceito da Escritura que é, para todo o

cristianismo, fonte da verdade revelada. O esforço de D. Aloísio será, então, o de descrever os limites do que pode ser ou não tomado como idolatria. Evidentemente, este é um tema delicado, pois envolve a verdade bíblica. A enunciação lança mão do expediente discursivo do *metadiscorso* na oração "...eu poderia dizer que eles são adoradores da Bíblia...". A *preterição* operada no discurso pode revelar uma intenção restritiva na afirmação feita. Possivelmente, o cuidado na fala da D. Aluísio se verifique pelo fato dela envolver a Bíblia, o hábito de consultá-la e o dever de respeitá-la. Um discurso a ela referente que, de algum modo, não se identifique com o interdiscurso religioso cristão, pode gerar desentendimentos e dificuldades no próprio seio da IC e abrir um flanco perigoso para os questionamentos sobre a legitimidade da posição assumida. Daí, a restrição de acusar diretamente os evangélicos de adoradores da Bíblia.

O enunciado apresenta os elementos que os evangélicos considerariam como idolatria: a adoração a Maria, além dos dogmas de sua virgindade, e sua concepção imaculada. Ora, o respaldo à liturgia mariana não está principalmente nas escrituras, mas na tradição que, somente para os católicos, é outra fonte autoritativa (dá origem aos dogmas e é a chave hermenêutica da Bíblia). O que a enunciação pretende é desautorizar a interpretação da Bíblia pelos evangélicos ("adoradores da Bíblia, mas não sabem interpretá-la" - *negação polêmica*) e, por conseguinte, a acusação de idolatria que nela se apóia. Naturalmente, este giro discursivo só faz sentido nos domínios do referencial católico do que *não é* idolatria, que é o referencial articulado por D. Aloísio.

Com estes últimos movimentos, fica totalmente evidente a diferença de tática entre as SDR 1 e 2. Enquanto a primeira trata de alargar a posição de sujeito-vítima, a segunda manobra no terreno exclusivo do discurso católico. A nota da CNBB deixa espaço para ambigüidades na saturação da posição do sujeito-agressor, ao passo que D. Aluísio mira diretamente no antagonista.

O discurso católico vai sendo elaborado de modo a que, além de condenar o ato em si, empreguem-se táticas argumentativas que servirão, em última análise, para a construção da imagem do que seria "verdadeiramente" a Igreja Universal do Reino de Deus. Esta construção apresenta-se, no entanto, vinculada diretamente à auto-representação que a instituição

católica realiza, com o intuito (explícito ou não) de demonstrar as diferenças marcantes entre as duas igrejas.

Pode-se sugerir uma síntese do que a tática discursiva católica pretende demonstrar:

- 1 - A IURD é identificada como antagonista da IC.
- 2 - A IURD é uma ameaça a tranqüilidade das práticas religiosas, não somente católicas.
- 3 - Este antagonista não é uma outra religião, uma alternativa de culto, mas uma seita, um grupo isolado de radicais.

Vimos os expedientes discursivos mobilizados para a operação do antagonismo no interior do discurso católico. A relação com a IURD não se dá somente como uma convivência inscrita num sistema de diferenças, num espaço em que cada identidade religiosa se manifeste plena e livremente. Ao contrário, através da reação expressa nas SDRs e no *corpus*, fica patente que a IURD constrange, afronta, violenta a circulação dos sentidos operada pela formação discursiva católica, ou seja, que ela é investida deste papel pelo discurso católico. Ela é uma ameaça (provoca *preocupação*) à IC que “é maioria e por isso sofre os ataques dos que querem abrir caminho junto à população”. (D. Jaime Chemello, DP, 14.10.95).

Existem pelo menos duas formas gerais nas quais este antagonismo foi construído no discurso católico. A mais evidente delas é o tipo de abordagem que está melhor exemplificada na entrevista de D. Aluísio (SDR 2), que explicita os marcos diferenciais entre as duas identidades através de oposições binárias: Igreja da qual os infiéis se afastam *versus* infiéis; os que se preocupam com a dignidade humana *versus* exploradores dos menos esclarecidos; devotos a Maria *versus* os que a vêem como prostituta; acusados (injustamente) de idolatria *versus* adoradores da Bíblia que não sabem interpretá-la. Também em outras falas católicas há movimentos semelhantes: “Essa Igreja nasceu do ódio, da mesquinhez, do desrespeito e da pequenez”. (D. Lucas Moreira Neves, *Diário de Pernambuco*, 19.10.95), e usa “métodos inadmissíveis, explorando a boa fé e a credibilidade do povo humilde”. (D. José Cardoso, *Diário de Pernambuco*, 18.10.95). São táticas de confronto direto à posição da outra identidade, praticadas a partir de um ponto de enunciação definido no interior da formação discursiva católica. Só há espaço, nas coordenadas

instituídas por esta tática, para duas posições de sujeito, o enunciador e o antagonista.

Uma tática dessa natureza tem limites precisos. Difícilmente os objetivos estratégicos da IC nos seus embates permanentes no cenário religioso poderiam ser atingidos através deste tipo de antagonismo, pois os seus efeitos são particularmente eficazes para a ativação do público interno para a polêmica - “muitos católicos descobriram uma religiosidade que estava sepultada nos subterrâneos da consciência”. (D. Rafael Llano Cifuentes, *Folha de São Paulo*, 22.10.95) -, mas virtualmente inócuos para a articulação de posições não-católicas. Para este propósito é preciso elaborar o antagonismo de modo diferente.

A nota da CNBB (SDR 1) realiza um outro percurso tático, e apresenta a agressão como ameaça à “convivência respeitosa entre os povos” e à “vivência ecumênica entre os cristãos”, ou seja, não está apenas o catolicismo ameaçado. Esta é uma peça de uma engrenagem diferente da anterior, operando na mesma formação discursiva. Há outros exemplos no corpus: “No Brasil, as religiões convivem pacificamente, mas a Igreja Universal do Reino de Deus toca uma música diferente” (Pe. Gabriel Cipriani, *O Globo*, 22.10.95), ou “Nosso caminho é o diálogo. Não queremos provocar uma guerra. Queremos respeito”. (D. Jaime Chemello, *Folha de São Paulo*, 14.10.95). Vivência e convivência pacífica, respeito, diálogo, ecumenismo, elementos que não são lançados apenas, nem privilegiadamente, para o público interno. Destinam-se a sedimentar um campo de posições articuladas contra um antagonista que é ameaça para todos. Esta é a segunda forma de construir o antagonismo, através da passagem para o campo da articulação das diferentes identidades religiosas, com a mediação do discurso da tolerância e do ecumenismo, definindo este conjunto de posições como vítimas da agressão.

Através deste segundo procedimento é possível ao discurso católico avançar mais na desqualificação da IURD. Em várias unidades do *corpus*, encontramos o substantivo “seita”, com toda a carga negativa que ele possui, empregado para nomear esta denominação. E o discurso católico procura apoio em outras vozes do campo articulado para sustentar seus ataques: “A IURD desmoraliza-se dia após dia e os próprios evangélicos históricos não a reconhecem como uma denominação protestante” (D. Amaury Castanho, *Diário de Pernambuco*, 15.10.95). Mais do que antagonista do catolicismo, a

IURD seria antagonista da própria convivência harmônica dos cristãos. Esta é a plataforma de lançamento de outra linha de ataques a IURD, pois diante da extensão da ameaça é até possível ensaiar a reivindicação de que “as próprias autoridades devem interferir diante dessa onda de radicalização” (D. Amauri Castanho, *Diário de Pernambuco*, 15.10.95). Permite também emprestar mais amplitude à postulação da extinção da IURD: “Não se trata de combater, de atacar as seitas, mas de afogar o mal na abundância do bem, de difundir a luz para iluminar as trevas” (D. Rafael Llano Cifuentes, *Folha de São Paulo*, 22.10.95). Estamos diante de um movimento que recusa o embate frontal, e procura a “difusão da luz”, mas sem deixar de visar a erradicação das “trevas”. O estratagema de desqualificar a IURD passa a circular num espaço discursivo maior do que a formação discursiva católica.

Entre as duas táticas de elaboração do antagonismo não há fronteiras nítidas. Na verdade, ainda que diferentes, elas são complementares no interior da formação discursiva católica, trabalhando para o fortalecimento das soldaduras internas (embate frontal) e para a construção de um campo de identidades antagonônicas à IURD (articulação de posições diferenciais). Geralmente não são os mesmos locutores que operam ambos os estratagemas, embora isso também possa ocorrer. Mas uma das características mais importantes da formação discursiva católica é precisamente a heterogeneidade das posições identitárias que a habitam, e a sua capacidade de mantê-las reunidas. Diante de um antagonista estas posições, embora desenvolvam movimentos distintos, convergem para a condenação do adversário, e diminuem as diferenças entre si.

CONCLUSÃO

A investigação do *corpus* e SDRs eleitas para este trabalho nos possibilitou elucidar vários aspectos que compõem o discurso católico. Falamos de estratégias e táticas empregadas nas enunciações e dos objetivos expostos e/ou velados em cada discurso e no conjunto deles. Neste momento, a reflexão final que fazemos detém-se basicamente em evidenciar o que a Igreja Católica persegue quando polemiza com a IURD acerca da agressão à santa.

A análise nos levou a compreender que o incidente envolvendo o bispo von Helde não mostra por si só toda a sua rede de implicâncias e signifi-

cados. É fato inconteste que o ocorrido foi tomado como inaceitável pela imprensa, pelo Estado e pela maioria da população. É também patente a indignação dos católicos e a condenação do citado gesto pela hierarquia da Igreja Católica. Não obstante, a investigação nos fez ver que, além de agredir um símbolo católico, o que von Helde fez, na verdade, foi expor à luz a luta ferrenha em que já se encontravam a Igreja Católica e a IURD, conferindo visibilidade à tensão em que hoje vivem alguns setores religiosos do país. A agressão foi um momento de rompimento do silêncio do combate que existia entre as duas igrejas; oportunidade onde, não só católicos, mas a sociedade e o Estado foram convidados a tomar posição diante do fato.

Do ponto de vista da IURD, o chute na santa provocou a exposição dos seus métodos e práticas ao julgamento e crítica, imputando-lhe certa vulnerabilidade. Desse modo, a citada agressão a colocou em posição defensiva, obrigando-a a mudar da postura até então desafiadora. Para a Igreja Católica, o incidente representou fundamentalmente uma oportunidade propícia para atingir a própria IURD enquanto instituição e não apenas o ato isolado do bispo. Utilizando-se de estratégias e táticas já evidenciadas, o que a Igreja Católica intentou prioritariamente foi avançar posições na disputa em que se encontrava, de modo a lograr êxito em pontos-chaves do embate, tais como:

1. *A veiculação de opiniões de sua hierarquia.* Naquela conjuntura favorável à Igreja Católica, onde a maioria da sociedade esteve receptiva à sua mensagem, se fez importante dar voz (unificada, pelos expedientes já comentados) à sua hierarquia, a fim de que a interpretação católica dos fatos - passados e presentes - prevalecesse, em detrimento do que a IURD pudesse oferecer como argumentação. Tal procedimento pretendeu conquistar...

2. *O arrefecimento da política ofensiva da IURD.* Ao longo da análise fica clara a preocupação da Igreja Católica com a política de evangelização da IURD. A veemente condenação e crítica de todos que se pronunciam não se restringe ao incidente, mas às práticas da IURD como um todo. Parece que a eficiência dos métodos da IURD quanto à conversão de novos prosélitos impõe à Igreja Católica evidente preocupação com...

3. *A contenção do êxodo de católicos rumo à IURD.* As constatações de estudos da área e da própria imprensa tornam inegável a penetração da IURD junto a setores católicos. Do grande número de fiéis que a procuram, significativa parcela é egressa desses setores, o que obrigou a Igreja Cató-

lica a considerar o fato e agir com vistas a enfrentá-lo. É notório o fato de que a Igreja Católica não admite ser a adesão à IURD fundada qualquer mérito religioso, encontrando razões diversas para explicar a evasão de seus adeptos, inclusive aquelas de cunho social. A desqualificação da IURD (vista como seita) e dos seus seguidores (tidos como infiéis) ilustra bem a tentativa da Igreja Católica de desestimular novas adesões àquela igreja, bem como de incentivar...

4. *A indisposição da sociedade para com a IURD.* Aqui o discurso católico avança para fechar o seu estratagema. Para a Igreja Católica, o último passo a dar não se mostra possível sem uma articulação de maior porte, que transcenda o seu território. Daí que a referida igreja conclamou outros credos e a própria sociedade para a luta no seu campo e contra a IURD. Assim o fez através da construção e difusão de um determinado perfil da IURD, o qual já delineamos antes. O apoio dos demais religiosos e da sociedade cumpre papel capital nesse embate, onde a Igreja Católica sinaliza como intenção última a extinção da IURD. É nesse sentido que a sua fala entabula toda uma apologia, por vezes explícita, mas na maioria delas implícita, apontando para esse objetivo final.

Íntegra do comunicado da CNBB (SDR1)

“A presidência da CNBB, com adesão dos Organismos do Povo de Deus reunidos em Itaici, comunica:

“O gesto de desrespeito aos sentimentos religiosos do povo católico, praticado contra a imagem de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, veiculado em um canal de televisão no último dia 12 de outubro, provocou forte consternação, exatamente quando mais de cem milhões de católicos, no Brasil inteiro, louvavam a Mãe de Jesus.

“Desde o início do Cristianismo, nós católicos adoramos somente a Deus e ao único Salvador Jesus Cristo. Guardamos as imagens nas igrejas como representações de pessoas queridas, os nossos santos, testemunho de vida e modelos de fé. São eles presença que nos interpela a sonharmos e a nos comprometermos com o mundo que esperamos.

“Lamentamos profundamente o fato ocorrido e outras atitudes que se colocam como obstáculos à convivência respeitosa entre os povos e à vivência ecumênica entre os cristãos, dificultando a concretização do desejo de Jesus ‘que haja um só rebanho e um só Pastor’.

“A todos os irmãos na mesma fé em Jesus Cristo e às pessoas de boa vontade, saudamos com as palavras de São Paulo Apóstolo: ‘Procurem a perfeição e animem-se. Tenham os mesmos sentimentos, vivam na Paz. E o Deus do amor e da paz estará com vocês’. (1 Cor. 13, 11)”.

Entrevista de D. Aloísio Lorscheider à *Folha de S. Paulo* (SDR2).

Folha - O sr. acredita que a Igreja católica está perdendo fiéis para a Igreja Universal?

Dom Aloísio Lorscheider - A igreja não está perdendo fiéis, mas infiéis.

Folha - Como o sr. vê o avanço da Igreja Universal?

Lorscheider - Vejo com preocupação, na medida em que eles exploram a fé de pessoas menos esclarecidas e não se preocupam com a dignidade humana.

Folha - Mas a Igreja Católica também é acusada de explorar a fé com a venda de imagens.

Lorscheider - Sou contra a comercialização de imagens dentro da basílica de Aparecida e pretendo acabar com isso.

Quando os evangélicos criticam a venda de imagens, eles querem atacar a adoração que fazemos a Nossa Senhora Aparecida.

Eles não aceitam a virgindade de Maria, nem a sua concepção imaculada, sem pecado. Nossa Senhora não é uma prostituta como eles querem relacionar.

Se nós somos acusados de idolatria, eu poderia dizer que eles são adoradores da Bíblia, mas não sabem interpretar o livro sagrado.

Folha - Em seu sermão o sr. enfocou o problema dos excluídos e disse que essa situação tem que ser modificada. Como isso deve ser feito?

Lorscheider - Através da promoção da pessoa humana. O governo não pode querer mudar a situação dos excluídos com uma política paternalista e assistencialista.

CORPUS – “A Igreja não está perdendo fiéis, mais infiéis” FSP, 13.10.95 A –10. Evangélicos protestam durante ato católico. FSP, 13.10.95. Uma blasfêmia com socos e pontapés. FSP, 14.10.95 A –7. Direção rejeita atitude do bispo. JC, 14.10.95 A 12. Agressão de Pastor a imagem da padroeira causa indignação OG, 14.10.95 A –1. Perseguição à padroeira levou pastor a pedir fim do feriado. DP,15.10.95 A –17. Evangélicos ficam indignados. OG, 14.10.95 A –4. CNBB vai a justiça se Universal agredir de novo. JC, 14.10.95 A –1. Não queremos guerra santa’, afirma CNBB. FSP,

14.10.95 A –9. Ataque a Nossa Senhora estimula violência. DP, 15.10.95 A –15. 'Bispo agiu como menino'. FSP, 16.10.95 A –8. Universal mistura padrões religiosos. DP, 17.10.95 B –8. Bispo culpa também governo pela agressão. FSP, 17.10.95 A –12. Declarações são contraditórias. FSP, 17.10.95 A –12. CNBB pede que católicos não se calem. DP, 19.10.95 A –8. Sentido de culto a imagem vai ter campanha nacional. DP, 19.10.95 A –10. Evangélicos acham perigosa agressão de Bispo. FSP, 14.10.95 A 9. Católicos preparam passeata. DP, 19.10.95 B –2. Guerra Santa. FSP 22.10.95 6-1 –2. Novas Igrejas trocam ética pela magia. FSP, 22.10.95 Especial 5 pp. Macedo planejou ataque. OG, 22.10.95 A –12. Igreja Universal prepara expansão. DP, 2.10.95 A –6. D. Lucas pode dar resposta na TV. DP, 27.10.95 A –8. CNBB quer maior ação do catolicismo na Televisão. JC, 28.10.95 A –3. Seita segue duas teologias. DP, 18.10.95 B –8. Católicos vêem obstáculos contra a evangelização. DP, 18.10.95 B –8. Igrejas divergem sobre o bispo Edir Macedo. DP, 18.10.95 B –8.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Luiz Carlos. *A Igreja no Brasil*. S. Paulo: Paulinas, 1981.
- BRUNEAU, Thomas C. *Evolução do Catolicismo Brasileiro*. S. Paulo: Loyola, 1974.
- BURITY, Joanildo A. *Um Roteiro de Procedimentos em Análise do Discurso*. Recife: 1995. Mimeo.
- FIORIN, José Luís. *Linguagem e Ideologia*. 4ª ed., S. Paulo: Ática, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- LIMA, Maria Emília A. T. *A construção discursiva do povo brasileiro: Os discursos de 1º de Maio de Getúlio Vargas*. Campinas: UNICAMP, 1990.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 2a. ed. Campinas: UNICAMP/Pontes, 1993.
- ROMANO, Roberto. *Brasil, Igreja Contra Estado*. S. Paulo: Kairos, 1979.
- VERÓN, Eliseo. Ideología y comunicación de masas: la semantización de la violencia política. In _____ . *et.al. Lenguaje y Comunicación Social*. B. Aires: Nueva Visión, 1976.

João Marcos Leitão Santos

<tmejph@bol.com.br>. *Mestre em Ciência Política. Mestre em Teologia. Doutorando em História.*

Faculdade Pernambucana – Recife PE